



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MÉRCIA CRISTINA BENTO DA SILVA

**PERCEPÇÕES DA GESTORA E PROFESSORAS SOBRE SUAS PRÁTICAS
INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO
PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

ANGICOS/RN
2024

MÉRCIA CRISTINA BENTO DA SILVA

**PERCEPÇÕES DA GESTORA E PROFESSORAS SOBRE SUAS PRÁTICAS
INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO
PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.^a Dra. Franselma Fernandes de
Figueirêdo.

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

SS586 Silva, Mercia Cristina Bento.
p PERCEPÇÕES DA GESTORA E PROFESSORAS SOBRE SUAS
PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL /
Mercia Cristina Bento Silva. - 2024.
62 f. : il.

Orientador: Franselma Fernandes de Figueirêdo.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2024.

1. percepção da gestora e docentes; . 2.
educação inclusiva;. 3. práticas pedagógicas; . 4.
educação infantil. I. Figueirêdo, Franselma
Fernandes de , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MÉRCIA CRISTINA BENTO DA SILVA

**PERCEPÇÕES DA GESTORA E PROFESSORAS SOBRE SUAS PRÁTICAS
INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO
PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Defendida em: 17 / 04 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Franselma Fernandes de Figueirêdo (UFERSA)
Presidente

Prof.^a Dra. Alessandra Miranda Mendes Soares (UFERSA)
Membro Examinador

Prof.^a Dra. Célia Camelo de Sousa (UFERSA)
Membro Examinador

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, pois sempre foi fiel a mim, dedico também aos meus familiares e amigos e professores, que me apoiaram direta ou indiretamente no percurso da graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por estar ao meu lado em todo o processo. A minha família e especificamente a minha mãe Márcia Cristina, que dedica um pouco do seu tempo para cuidar da minha filha, sem o apoio dela jamais conseguiria, também a minha filha, Melissa Guimarães, que mesmo tão pequena me proporciona uma enorme força é ela a minha fonte de inspiração, dedicação e determinação. Agradeço também a Leonardo Guimarães, pois sempre me estimulou a prosseguir na graduação, não me deixando desistir. Agradeço também ao meu Pai Manoel Gicele, Irmã Maria Misleidy e Irmão Manoel Jefferson.

Agradeço também às minhas amigas de vida, que me ajudaram de alguma forma, incentivando e apoiando minhas decisões entre elas, Geniana Macêdo, Joana Darc, Maria da Glória e Yasmim Macêdo, que percorreram essa caminhada da graduação comigo, sempre apoiando umas as outras, de forma direta ou indireta.

Agradeço também aos meus professores que compõe o Departamento de Ciência Humanas do CMA- Centro Multidisciplinar de Angicos, que ao longo do curso contribuíram e enriqueceram o meu aprendizado, em especial minha orientadora, Franselma Figueiredo que conduziu cada etapa do projeto da monografia com muita maestria, sempre compartilhando um pouco do seu imenso conhecimento, me conduzindo por caminhos mais leves, sempre com firmeza e sabedoria.

Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças (Maria Tereza Mantoan, 2003).

RESUMO

A educação especial e inclusiva é um paradigma educacional existente em nosso país, que exige planos individualizados e elaborados segundo as especificidades de cada indivíduo. Considerando a importância dessa temática, o objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso é investigar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas em uma escola pública de educação infantil de Angicos-RN. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo e de campo, e teve como instrumento para a coleta de dados questionários, que foram aplicados a professores e gestores de uma escola municipal de educação infantil. A escolha do material de estudos para realização deste trabalho, foi embasada através de livros, artigos e revistas que discutiram a importância de práticas inclusivas, e a legislação vigente referente a inclusão no país, e foram selecionados os seguintes autores: Mantoan (2003), Sassaki (1996), Moreira (2006), Pletsch (2020) e Silva (2022), Constituição Federal (1988), Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) entre outros autores e documentos normativos. Os resultados obtidos, apontaram o quanto o apoio da gestão, corpo docente, equipe multiprofissional e família, é necessário para o processo de inclusão das crianças com deficiência, como também a formação e qualificação desses profissionais para proporcionarem uma educação eficaz. As conclusões revelaram que a utilização das práticas inclusivas, embora já aconteça, ainda requer muitas melhorias, reforçando a necessidade de uma qualificação com formações continuadas para os professores das sala regulares de ensino, para que eles possam realmente ter uma prática docente inclusiva efetiva.

Palavras-chave: percepção da gestora e docentes; educação inclusiva; práticas pedagógicas; educação infantil.

ABSTRACT

Special and inclusive education is an educational paradigm that exists in our country, which requires individualized plans designed according to the specificities of each individual. Considering the importance of this theme, the objective of this Course Conclusion Work is to investigate the inclusive pedagogical practices developed in a public early childhood education school in Angicos-RN. The methodology used is of a qualitative and field nature, and the instrument for data collection was questionnaires, which were applied to teachers and managers of a municipal early childhood education school. The choice of study material to carry out this work was based on books, articles and magazines that discussed the importance of inclusive practices, and the current legislation regarding inclusion in the country, and the following authors were selected: Mantoan (2003), Sassaki (1996), Moreira (2006), Pletsch (2020) and Silva (2022), Federal Constitution (1988), Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) among other authors and normative documents. The results obtained showed how much support from management, teaching staff, multidisciplinary team and family is necessary for the process of inclusion of children with disabilities, as well as the training and qualification of professionals to provide effective education. The conclusions revealed that the use of inclusive practices, although already happening, still requires many improvements, reinforcing the need for qualification with continued training for teachers in regular classrooms, so that they can truly have an effective inclusive teaching practice.

Keywords: perception of the manager and teachers; special inclusion; pedagogical practices; child education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Perfil dos participantes.....	41
-----------------	---	-------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UNESCO - Organização para a Educação, a ciência e a Cultura das Nações Unidas

LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

IBC - Instituto Benjamin Constant

INES - Instituto Nacional de Educação de surdos

AEE - Atendimento Educacional Especializado

SRM - Sala de recurso multifuncional

PEI - Plano Educacional Individualizado

TEA- Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	NOÇÕES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DISTINÇÕES E EVIDÊNCIAS.....	20
2.1	 Marcos Legais no Desenvolvimento da Educação Especial e Inclusiva.....	24
2.2	Práticas Pedagógicas Inclusivas Na Educação Infantil.....	29
3	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	38
4	ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ANGICOS-RN.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
6	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusiva é um paradigma educacional existente em nosso país, que exige planos individualizados e elaborados segundo as especificidades de cada indivíduo e é a partir de suas aptidões e capacidades que o seu conhecimento irá ser construído sem resistência ou submissão ao que é imposto para complementar o currículo.

A área da educação especial sempre me despertou interesse, provocando muitas dúvidas, curiosidades e questionamentos, por exemplo, como as escolas estão acolhendo essas crianças, se existem propostas pedagógicas para crianças com deficiência, se é dada a devida visibilidade sobre práticas inclusivas nos projetos político pedagógicos das escolas, quais são os documentos e leis que existem para assegurar os direitos delas. Todos esses questionamentos aumentaram ainda mais meu interesse sobre as práticas na educação das crianças com deficiência.

Considero importante relatar alguns elementos constitutivos da minha formação inicial e também experiências profissionais que influenciaram na escolha pelo tema pesquisado pontuando algumas vivências. O interesse surgiu no ano de 2019, logo quando ingressei no curso de Pedagogia na Universidade Federal Rural do Semi Árido- UFERSA, no mesmo ano pude participar, como bolsista acadêmica, do Programa Institucional de Assistência Estudantil – PIAE, que visa apoiar a formação acadêmica do(a) discente, através de sua implementação de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sob a orientação de um/a docente.

As ações de extensão deste projeto me proporcionaram vivências com as mães de pessoas com deficiências. Pró-mães que auxiliam no empoderamento e autoadvocacia das mesmas, que fazem parte da APAE em Angicos, e as mesmas relataram a precariedade da educação infantil voltada para crianças com deficiência. Ao passar por essa rica experiência, iniciou-se o interesse pela área da educação especial e inclusiva, e ao me desligar do projeto tive a oportunidade de vivenciar uma outra experiência com crianças com deficiência no momento em que atuei como estagiária em uma instituição escolar municipal de educação infantil. Nessa instituição atuei como auxiliar de uma sala na qual estavam matriculadas duas crianças com deficiência, uma experiência que me possibilitou algumas reflexões sobre a inserção e participação de crianças com deficiência na educação infantil.

Assim sendo, surgiu o desejo de pesquisar sobre a educação inclusiva, a partir das reflexões e estudos sobre as práticas de educação especial e inclusiva utilizadas pelos professores de uma escola pública na educação infantil do Município de Angicos-RN, manifesta se os determinados questionamentos: Qual a importância das práticas utilizadas pelos professores na educação inclusiva em uma escola de educação infantil, precisamente quais as metodologias aplicada para afirmar o aprendizado das crianças com deficiência? onde e como estão sendo desenvolvidas?

O objetivo é investigar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas em uma escola pública de educação infantil de Angicos-RN, desta forma busco analisar tais práticas desenvolvidas, observar as intervenções e atividades específicas desenvolvidas para os alunos com deficiência, realizar entrevistas com os docentes e gestora e refletir sobre a importância do ensino ofertado na educação especial e inclusiva. Com isso, para melhor compreensão desse processo, é necessário entender a importância da educação infantil para o desenvolvimento das crianças com e sem deficiência.

A educação infantil é considerada pelos educadores e pesquisadores como o alicerce para a construção de uma aprendizagem significativa e para o desenvolvimento crítico do indivíduo, pois socializa a criança, desenvolve suas habilidades e a prepara para um melhor desenvolvimento escolar no futuro.

Para Montessori (1969, p. 33 *apud* Röbers, 2010, p. 21) a fase da primeira infância, por ela denominada “período sensível”, oferece a ocasião única de incentivar um desenvolvimento real, por ser uma espécie de transmissor para a fase adulta. Dessa forma, podemos dizer que a infância é uma fase peculiar na vida da criança, pois é vista como ser integral que precisa vivenciar situações que lhe possibilite evoluir e desenvolver novas habilidades e isso só ocorrerá por meio da educação, é por meio de um ambiente acolhedor e dinâmico que a criança está inserida, afinal, a inteligência se constrói a partir do meio físico e social que a criança vive, pulando esta etapa da educação básica o aluno irá ter diversos déficits em sua aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na Lei nº 9.394 define a educação infantil como:

[...] primeira etapa da educação básica, [que] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996, p. 17).

A inclusão escolar tem seu início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e principalmente sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Temos como documento norteador para a elaboração de currículos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece os conhecimentos, as habilidades e as competências a serem desenvolvidos pelos estudantes em todos esses níveis de ensino desde a educação infantil ao ensino médio, reafirmando o compromisso do ensino brasileiro com a educação inclusiva.

Historicamente a educação inclusiva era vista como uma modalidade paralela ao ensino regular, resumindo-se ao acesso do aluno com deficiência a um espaço excluído e sem amparo pedagógico, diante disso foi lançada a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva por meio de emenda constitucional, ela define um apoio sobre o atendimento educacional especializado no Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (Brasil, 2008, p.1).

Na Constituição Federal de 1988, dispomos do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção. O artigo 208, inciso III, assegura que o “Atendimento educacional especializado [...], preferencialmente na rede regular de ensino; e este ensino que é direito do estado deve ser disponibilizado de forma gratuita e de qualidade”, e, com isso, é possível notar os avanços que a sociedade vivenciou no que se refere ao entendimento na infância foram significativas, fato que desencadeou mudanças também na forma de educar os pequenos cidadãos e no entendimento de suas necessidades a educação inclusiva articula-se com a educação infantil no seu objetivo de garantir oportunidades socioeducacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências, conhecimento e participação social garantindo assim a inclusão escolar.

O trabalho foi estruturado de modo que, em sua parte inicial, o capítulo 1 foi apresentado a introdução o qual relata sobre o tema e de onde partiu o interesse de pesquisa, levantada a questão problema de pesquisa e as justificativas que levaram ao seu desenvolvimento.

Em seguida, no capítulo 2, foi realizada a fundamentação teórica que embasou o estudo, momento no qual trago noções conceituais sobre o tema pesquisado, citando os referenciais brasileiros de educação e de educação especial, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Unesco, 1994 a Constituição Federal de 1988. Trago também conceitos de autores e pesquisadores na área da educação especial, entre eles, Sassaki (1996), Mantoan (2003), Moreira (2006), Kassar (2011), Pletsch (2020) e Silva (2022).

O capítulo 2.1 que aborda os marcos legais e documentos históricos sobre o desenvolvimento da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, desde a época do império até os dias atuais, neste capítulo são feitas algumas análise de políticas públicas e documentos legais que fundamentam a educação inclusiva no mundo e no Brasil.

O capítulo 2.2 ressalta sobre as práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil, evidenciando as práticas com pessoas com deficiência visual, pessoas surdas e pessoas com deficiência intelectual, adentrando em práticas utilizadas com crianças com TEA, também é feita uma análise das definições e conceitos de tais deficiência.

O capítulo três, aborda os percursos metodológicos que a pesquisa percorreu, como foram escolhidos os tipos de pesquisa adotados, a caracterização do lócus de pesquisa, e a análise dos dados obtidos.

Por fim a parte quatro, denominado o último capítulo, se desenvolve a conclusão da pesquisa que aborda as impressões que se deu ao finalizar o trabalho.

2 NOÇÕES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DISTINÇÕES E EVIDÊNCIAS

A Educação Inclusiva se caracteriza como modalidade de ensino que promove a igualdade de participação e permanência nas escolas, os seus procedimentos dentro da educação básica, se constituem em transformações, adaptações e estratégias no ensino ofertado, para que alcancem a todos os indivíduos reconhecendo suas diversidades, sendo assim uma aliada na modalidade de Educação Especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996- LDB 9694/96- é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar (Kassar, 2011, p. 71).

Percebe-se então que a inclusão escolar engloba a inserção de todas as pessoas no âmbito educacional, inclusive as pessoas com deficiência, tendo em vista que oportuniza condições para que possam se reconhecer e ao mesmo tempo se integrar ativamente do contexto escolar. Para Mantoan (2003) a inclusão deve ser uma prática social, para além das escolas e deve estar presente no âmbito cultural, no lazer, na educação. Nesse sentido,

Deve-se ressaltar que a ‘educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula’ e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade (Moreira, 2006 *apud* Carvalho e Silva, 2017, p. 294).

Portanto é reafirmado que a inclusão deve se estender para além dos muros da escola, sendo abrangente e, dentro dela, a inclusão possa ser realizada de forma respeitosa para que cada indivíduo seja atendido conforme suas necessidades e especificidades.

A Educação Especial, por sua vez, que também se caracteriza como uma modalidade de ensino, e com um formato que proporciona ao aluno o desenvolvimento de suas potencialidades, tanto nos aspectos intelectual, físico, social, mediante conhecimentos, habilidades e aptidões, possibilitando sua auto-realização. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2008 “A Educação Especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes

compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais”

Seu objetivo é promover um processo educacional que abre oportunidades iguais para todas as pessoas, como está descrita pela Lei nº 12.796/2013, art. 58, que diz que a “educação especial é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, destacando seu público alvo que é para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A educação especial e inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, propondo um modo de constituir o sistema educacional que considera as especificidades de todos os estudantes, oferecendo um ensino que desenvolva suas habilidades e potencialidades. A perspectiva de educação inclusiva e da educação especial utiliza métodos e modalidades de ensino contemporâneos, que preveem a integração de indivíduos ao sistema de ensino, seja ele com deficiência ou não.

É de grande importância que o atendimento às diferenças individuais seja efetivado, garantindo a qualidade das instalações, dos equipamentos e das adaptações necessárias. Além disso, deve-se garantir o cumprimento integral de todas as legislações que atendem e orientam a educação especial, oferecendo acessibilidade atitudinal que diz respeito às ações que tomamos como indivíduos para diminuir as barreiras entre as pessoas com e sem deficiência, e a oferta de acessibilidade arquitetônica que está relacionada aos recursos que permitam a locomoção autônoma de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Esses são fatores que poderão determinar o sucesso de uma escola com educação especial e inclusiva, considerando que a

Educação Especial se dá de duas formas distintas, porém, articuladas entre si. Por um lado, entendo-a como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, que realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços específicos e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Pletsch, 2020, p. 66).

Sendo assim, a educação especial está focada no ingresso de alunos com deficiência ou necessidades especiais, buscando sua inclusão e proporcionando seu desenvolvimento e conhecimento nas redes regulares de ensino. A Educação Inclusiva traz consigo uma proposta de ensino fundamentada nos direitos humanos e na equidade de oportunidades, a partir da qual o sistema educacional deve organizar-se para garantir que todos os alunos aprendam juntos e tenham suas especificidades atendidas.

Com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2008, que instituiu as diretrizes operacionais para o atendimento Educacional especializado, a Educação Especial passou a ser parte integrante, não substitutiva, do ensino regular e uma modalidade transversal a todos os níveis, a todas as etapas e as modalidades de ensino, contando com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para orientar as adaptações pedagógicas adequadas para cada caso.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Brasil, 2008, p. 1).

Portanto o AEE se configura como um atendimento que é ofertado em salas de recursos multifuncionais, às pessoas com deficiência, que estejam matriculados nas escolas regulares de ensino público ou privada, fomentando uma visão de práticas que proporcionam um ensino igualitário, tais sala devem conter o diferencial das salas comuns, contendo equipamentos e materiais didático pedagógicos, voltados para os alunos com deficiência, sempre visando a autonomia e especificidades das crianças.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (Brasil, 2008, p.2).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ainda institui como o AEE pode ser ofertado, pois ele deve andar em conjunto com as práticas da sala de ensino comum em que o estudante com deficiência está frequentando, pois é com base nestas sala que o professor da sala de recurso multifuncional irá traçar as atividades que auxiliará o aluno, devemos ressaltar que o AEE é um suporte para a educação dos alunos.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p.16).

As escolas devem estar preparadas para estes atendimentos, sempre capacitando os profissionais da educação para que possam atender os estudantes com deficiência, o AEE não deve ser feito de qualquer maneira, o Projeto Político Pedagógico deve integrar propostas educacionais que visem sempre a inclusão dos indivíduos, a sua oferta deve englobar as diversas deficiências.

A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização:

- a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício da docência do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum.
- g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE. (Brasil, 2008, p.3).

Além das escolas, as famílias ou responsáveis pelas pessoas com deficiência devem estar sempre participando de sua vida escolar, pois a parceria firmada entre escola e família é de fundamental importância para o progresso em suas habilidades, é no seio familiar que todos iniciam sua aprendizagem sociais e afetivas e que inicia também a inclusão, a busca das famílias para que seus filhos tenham uma educação inclusiva é traçada desde muito cedo, os mesmo devem depositar confiança no trabalho pedagógico escolar para que as crianças com deficiência possam ter um desenvolvimento pleno, e deve haver uma troca mútua entre as escola e famílias.

Assim, sempre que a escola se perguntar o que fazer para apoiar os professores na relação com os alunos, provavelmente surgirá a necessidade de alguma interação com as famílias. Nesta corrente, cabe aos sistemas de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos (Castro; Regattieri, 2009, p. 15).

Além disso o aluno com deficiência ao ser inserido no AEE, é necessário a criação de um Plano Educacional Individualizado (PEI), para um diagnóstico inicial e acompanhamento durante sua vida escolar, pois diversas pessoas podem possuir a mesma deficiência, mas cada uma delas possuem necessidade diferentes, portanto, ao construir o PEI, o Professor da Sala

de recurso multifuncional (SRM), terá um melhor planejamento, onde por exemplo poderá traçar metas para as especificidades do aluno com deficiência, e avaliar seu desempenho durante o ano letivo, outra funcionalidade que o PEI tem é a funcionalidade de um acompanhamento para outros profissionais que atenderão estes alunos, servindo como um documento, portanto as informações contidas nele é de fundamental importância.

Vários tipos de dados devem ser observados, considerando a faixa etária dos alunos, para informar a equipe escolar sobre suas habilidades, tais como: histórico médico, informações relativas às interações sociais na escola e em casa, o comportamento adaptativo na sociedade, o desempenho educacional, os gostos, os conhecimentos já adquiridos, as expectativas de vida e o que ele ainda precisa aprender para melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula (Silva, 2022, p. 71).

Sendo assim, cabe aos profissionais que atendem as crianças com deficiência, construir a diferenciação curricular, agregando o plano educacional individualizado, pois servirá como mais um instrumento para que o professor analise se suas práticas de ensino estão surtindo efeito.

2.1 Marcos Legais no Desenvolvimento da Educação Especial e Inclusiva

No Brasil, a educação das pessoas com deficiência quase nem existia e teve início somente na época do império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC. Nesse Instituto Imperial, onde eram ministradas, nos três primeiros anos de exercício, aulas de instrução primária e secundária, educação moral e religiosa, ensino de música e ofícios fabris, o número de alunos não deveria exceder a 30, sendo dez admitidos gratuitamente, quando eram reconhecidos como pobres. Este instituto era mantido por pensões pagas pelos alunos como também pelo governo imperial.

Também no Período Imperial foi criado o Instituto dos surdos-mudos, em 26 de setembro de 1857 e, posteriormente, em 1957, passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de surdos (INES), que era caracterizado como um estabelecimento educacional, propondo educação literária e profissionalizante que atendiam meninos com idade entre 7 e 14 anos. É importante salientar que em ambas as instituições eram abordadas práticas de ensino profissionalizantes oferecendo oficinas de aprendizagem. “Oficinas de tipografia e

Encarnação para os meninos cegos e de tricô para as meninas; oficina de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos” (Mazzotta, 2011, p.30).

Somente na segunda metade do século XX, em 1970, as crianças puderam frequentar as salas regulares, porém ainda sem qualquer tipo de orientação necessária ao atendimento especializado. A Educação Especial, nesta época, passa a ser institucionalizada em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), cuja finalidade era “promover, em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais¹” (Mazzotta, 2011, p. 59).

Estas foram algumas ações iniciais em prol de uma abordagem de ensino para as pessoas com deficiência, que apesar de ser conturbada e ainda marcada pela exclusão – seja por uma perspectiva de crenças ou pouco conhecimento científico de cada época ou legislação vigente –, a visibilidade que deram para elas nestas instituições – IBC e INES – foi de grande importância para garantir-lhe algum ofício para sua vida. A partir daí podemos observar a luta e a busca para que o ensino de qualidade fosse ofertado às pessoas com necessidades educativas especiais.

Com a formulação da Constituição Federal de 1988, a luta em busca de uma educação inclusiva se fortaleceu, uma vez que no art. 3º, incisos III e IV, propõe o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, garantido o como princípios: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Por um período de tempo o sistema educacional brasileiro foi negligenciando a educação inclusiva e, somente a partir da década de 1990 o assunto teve retorno, pois o país passou a dar um pouco mais de visibilidade, impulsionado pelos movimentos internacionais de educação inclusiva que acontecem nesta época, dentre elas, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca no ano de 1994. Esta conferência teve como objetivo informar sobre princípios, política e prática em Educação Especial, nos seguintes termos:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a

¹ A terminologia “excepcionais” citada por Mazzotta (2011), não é utilizada atualmente, sendo denominado como um termo pejorativo. A terminologia mais utilizada pela Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) se enquadra como pessoa com deficiência.

necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (Unesco, 1994, p. 1).

Diversos movimentos de organizações e ações aconteceram propondo diretrizes para a inclusão da pessoa com deficiência. No entanto, a educação especial ainda era vista como uma forma de segregação, separando as pessoas com deficiência do ensino regular e, somente após esta conferência o país despertou para a elaboração de decretos e leis que passaram a garantir a presença do estudante com deficiência no sistema de ensino. Assim sendo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, estabeleceu o direito à educação inclusiva para todas as pessoas com deficiência:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (Brasil, 1996, p. 25).

Iniciou-se então um movimento de transformação do sistema educacional brasileiro, visando a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais. Propondo o apoio especializado nas instituições de ensino, através das formulações de leis e diretrizes, houve a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2008, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os alunos. Esta política define que:

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, à formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (Brasil, 2008, p. 9).

Portanto o atendimento oferecido ao aluno com deficiência deve prever suas especificidades, a implementação de serviços de apoio, como por exemplo Salas de Recursos Multifuncionais que tem sido uma política governamental para auxiliar estudantes com

necessidades educativas especiais em escolas regulares. Essa iniciativa atende ao que estava previsto na LDB, lei 9394/96, em seu artigo 59, sugere que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (Brasil, 1996, p. 25).

Também define, dentre as normas para a organização da educação especial, no inciso III, a capacitação de professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Então podemos constatar que as medidas em formato de leis para reafirmar a educação especial estão em andamento, prevendo também a formação e capacitação dos profissionais que irão atender os alunos com deficiência. Podemos observar ainda, no art. 28, da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), as seguintes orientações:

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio (Brasil, 2015, p. 13)

Portanto a educação especial tem o papel de organizar os meios necessários para desenvolver os potenciais das pessoas com necessidades educativas especiais, em escolas especializadas ou não, contendo práticas que devem prever a inclusão para que seja possível desenvolver uma escola mais democrática para todos, através do desenvolvimento curricular, da gestão como também o desenvolvimento profissional. É primordial que as práticas desenvolvidas nas escolas sejam pensadas e elaboradas na perspectiva das especificidades de cada aluno com deficiência, como destaca Mantoan.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o

professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (Mantoan, 2003 p. 36).

Sendo assim a educação especial na perspectiva inclusiva deve ser iniciada na educação infantil para que o indivíduo seja imerso na inclusão educacional desde a primeira infância. A PNEEPEI (2008) confirma a necessidade de iniciar o atendimento escolar desde a educação infantil para incentivar o desenvolvimento global da criança utilizando como forma de aprendizagem, o aspecto lúdico, as diferentes formas de comunicação e os estímulos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, afirmando assim que:

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (Brasil, 2008, p. 10).

Pensando nisso ainda existem muitos desafios a serem superados, como a falta de estrutura adequada nas escolas e a falta de capacitação dos profissionais, pois, para além das políticas que defendem as práticas de ensino inclusivas, a capacitação e as estruturas físicas devem estar adaptadas de acordo com as necessidades dos estudantes possibilitando a acessibilidade e permitindo que todos os alunos aprendam junto com as demais crianças, com as mesmas oportunidades. Para Mantoan (2003), o ensino baseado no método de transmissão de conhecimento e na realização de tarefas de forma individualizada cria uma barreira na inclusão escolar causando dificuldades e limitações, pois a competição ou medo de errar impedem as crianças de aprender.

Como não me canso de dizer, ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber (Mantoan, 2003, p. 38).

Quando se fala em práticas pedagógicas é importante ressaltar a formação do professor, pois ele é quem tem o maior contato com os alunos em sala de aula e, portanto, deve ter alguns conhecimentos sobre as deficiências, bem como buscar meios para incluir este

aluno em sala de aula e nas atividades. Muitas vezes não são apenas ajustes, mas sim grandes mudanças, que exigem do professor alguns conhecimentos específicos sobre cada deficiência, como domínio de práticas pedagógicas inclusivas, pois sua metodologia de ensino irá influenciar muito no aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

O enfoque que o professor deve trazer para sua sala de aula com relação às práticas, deve evidenciar as suas capacidades e não suas limitações, para que assim a criança desenvolva seu aprendizado diante de sua capacidade. Mas sempre com o professor propondo práticas e materiais adaptados para que a criança com deficiência possa aprender junto com as demais. Aranha (2003) fala sobre as adequações curriculares que as escolas devem propor, ressalta que:

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliar, para que atenda realmente a todos os educandos (Aranha, 2003, p. 34).

Sendo assim a inovação para práticas pedagógicas é necessária para que a criança com deficiência possa ter oportunidade de ensino inclusivo, como também deve ser feita uma reflexão por parte dos professores de educação infantil que tem ou não crianças com necessidades educativas, para que ele busque sempre o progresso do ensino aprendizagem da criança. O professor deve compreender que suas abordagens pedagógicas nem sempre vão surtir efeitos imediatos, pois as pessoas com deficiência tem suas especificidades e, por isso, é sempre bem-vinda a formação e especialização, pois as salas de aula contêm muita diversidade. Aranha (2003) destaca pontos que devem ser abordados para que tenha adequações curriculares, onde propõe a preparação, dedicação da equipe educacional, o apoio e recursos especializados e quando necessário adequações de acesso ao currículo, pois a inclusão escolar também implica em mudanças na realidade da escola, sendo necessárias transformações no seu ambiente sendo necessário adaptar a estrutura física, materiais, preparo dos professores e práticas educativas.

2.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas Na Educação Infantil

O professor de Educação Infantil deve levar em consideração todo o aprendizado teórico da vida acadêmica para compreender através de um olhar crítico e reflexivo que a criança é um ser pensante e que possui vontades próprias. Ele precisa antes de mais nada, refletir criticamente sobre sua própria prática pedagógica, sobre a concepção de ensino que está desenvolvendo com as crianças, criando situações de aprendizado que incluam as crianças com necessidades educativas e que contribuam para o desenvolvimento global da mesma. “Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis” (Mantoan, 2003, p. 36).

Assim, o desenvolvimento de uma criança é resultado de uma ação conjunta das práxis pedagógicas que provém de várias instituições, de diversas experiências formais e não formais que ela vai experimentando no decorrer de sua vida.

A Educação Infantil deve, ainda, respeitar o princípio da Educação para Todos, que é o de educar, sem distinção, todas as crianças, garantindo-lhes uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades e especificidades. Isso pressupõe fazer modificações na estrutura organizacional e na proposta pedagógica da instituição, além de requerer um investimento nos recursos humanos, buscando eliminar preconceitos e barreiras, conscientizar pais, alunos e professores e investir na formação de profissionais da educação (Veiga, 2008, p. 178-179 *apud* Silva, 2015, p. 36).

A formação do professor de educação infantil abrange variadas dimensões teóricas que devem ser transpostas para a prática, de modo que este ao desenvolver seu trabalho em sala, tenha total competência para transformar a teoria em prática significativa para os alunos. E para que de fato aconteça o processo de inclusão na educação infantil, é necessário que esta formação ou capacitação dos professores, possa desenvolver estratégias para uma educação de qualidade pensando nas singularidades dos alunos.

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, de outro, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem, para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais (Mantoan, 2003, p. 43).

Nesse sentido, o investimento e criação de políticas públicas voltadas para a formação profissional é, de fato, necessária, pois é existente a dificuldade que os professores sofrem ao receber um aluno com deficiência e não saber como lidar com suas necessidades educacionais, argumentando a inexperiência com alunos com deficiências em sala de aula e a pouca formação.

Pessoas especializadas que ajudam a detectar um conflito inicial entre o que já se conhece e o que se deve saber, que contribui para que o aluno se sinta capaz e com vontade de resolvê-lo, que propõe o novo conteúdo como um desafio interessante, cuja resolução terá alguma utilidade, que intervêm de forma adequada nos progressos e nas dificuldades que o aluno manifesta, apoiando-o e prevendo, ao mesmo tempo, a atuação autônoma do aluno (Zabala, 1998, p. 63).

Além disso, o trabalho pedagógico deve ser pautado em incluir, mas sempre pensando nas diferenças presentes nos estudantes, portanto, as práticas adotadas em salas de aulas devem ser organizadas com intencionalidades e foco na subjetividade de cada indivíduo, Franco (2016) faz uma observação sobre o que são as práticas pedagógicas

[...] se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo (Franco, 2016, p. 541).

As práticas com abordagens lúdicas são um caminho a ser percorrido pelos professores, para possibilitar a aprendizagem e rendimento de seus alunos, sejam crianças com deficiência ou não. Principalmente na educação infantil, as suas práticas irão interferir diretamente nos conhecimentos que as crianças irão adquirir e a utilização de brincadeiras e jogos lúdicos como instrumentos de aprendizagem são bastante utilizados nas práticas da educação infantil. Nessa perspectiva, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, ainda salienta que:

As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica (Brasil, 1998, p. 28).

Nesse sentido vemos a importância das brincadeiras de forma lúdica para o desenvolvimento e autonomia das crianças com deficiência, pois proporciona a sua integração social entre as outras crianças, como também experiências significativas para aquisição de

novas habilidades. É primordial que o professor entenda que nenhum aluno interage e aprende da mesma forma nem ao mesmo tempo, portanto, a paciência e persistência é fundamental.

A depender de cada especificidade e limitação dos alunos, as salas precisarão de adaptações específicas. Sendo assim, é necessária a promoção de acessibilidade arquitetônica, recursos pedagógicos adaptados que contribuam no desenvolvimento das atividades, como também o auxílio do professor, pois o aluno poderá precisar de auxílio a fim de dar suporte para sua interação nas brincadeiras que são propostas.

Não se pode fomentar práticas inclusivas sem que tenhamos conhecimento das especificidades dos estudantes, quais as suas deficiências, suas dificuldades e potencialidades, seus comportamentos, pois há uma diversidade de deficiências que englobam síndromes e déficits físico, intelectual ou múltiplos. A seguir conheceremos um pouco sobre algumas deficiências, assim como práticas e materiais pedagógicos elaborados para a inclusão das crianças com deficiência.

O MEC (2006) implementa algumas recomendações para escolas inclusivas, com a criação da coleção “Saberes e Práticas da Inclusão”, em uma de suas temáticas está as adequações de acesso ao currículo, onde propõe sugestões de recursos para alunos com necessidade educativas especiais, para alunos com deficiência visual ou baixa visão indicando

[...] adaptações de materiais escritos de uso comum: tamanho das letras, relevo, softwares educativos em tipo ampliado, textura modificada etc.; máquina braille, reglete, sorobã, bengala longa, livro falado etc.; [...] organização espacial para facilitar a mobilidade e evitar acidentes: colocação de extintores de incêndio em posição mais alta, pistas olfativas para orientar na localização de ambientes, espaço entre as carteiras para facilitar o deslocamento, corrimão nas escadas etc.; [...] apoio físico, verbal e instrucional para viabilizar a orientação e mobilidade, visando à locomoção independente do aluno (Brasil, 2006, p. 72).

Segundo o Ministério da Saúde na Portaria nº 3.128, de 24 de Dezembro de 2008, considera pessoas com deficiência visual aquelas que apresentam

2º Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID 10).

As práticas pedagógicas voltadas às crianças com deficiência visual ou baixa visão são de alguma forma diferenciadas, pois as crianças já sofrem naturalmente algumas limitações de

informações, pois não possuem um dos principais sentidos do corpo humano que é a visão. Portanto, ao pensar em atividades voltadas para elas, o MEC (2006) reforça que as crianças com deficiência visual podem perder o interesse com brincadeiras de imitação ou observação, pois não são significativas para o seu aprendizado, tendo em vista que “Algumas informações e experiências exclusivamente visuais não fazem sentido, não têm significado, por isso são impossíveis de serem compreendidas e interpretadas pela criança com deficiência visual” (Brasil, 2006, p. 45). Nesta perspectiva, é importante compreender que;

As atividades e a prática pedagógica na educação infantil devem priorizar a experiência, a investigação, a oportunidade de estabelecer relações nos brinquedos, nos jogos corporais e pedagógicos, nas atividades diárias, nas histórias infantis, nas atividades de contar, medir, pesar, fazer relações, todos fundamentais para a formação de conceitos e para uma aprendizagem significativa (Brasil, 2006, p.47).

Sendo assim as práticas desenvolvidas pelos professores devem envolver manipulação dos brinquedos ou objetos, a verbalização de lugares, histórias, paisagens entre outros, como também a áudio descrição, que é de extrema importância para pessoas com deficiência, pois por muitas vezes é por ela que as crianças conhecem o mundo a sua volta e desenvolvem significados para eles.

Por sua vez, o ensino proposto para crianças surdas, ao serem matriculadas na instituição, deve ser pautado em um ensino de excelência, de modo que as instituições devem disponibilizar profissionais capacitados para que haja uma boa comunicação. Caso o professor titular de sala não tenha capacitação adequada para atender a criança surda, um tradutor intérprete de libras deve ser disponibilizado, possibilitando o aprendizado de forma bilíngue, por meio da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa, conforme garantido na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002, p. 1)

O MEC (2006) define que a surdez significa a perda da percepção normal dos sons, podendo interferir na forma de comunicação oral do indivíduo que não tenha nenhum acompanhamento ou estímulo, podendo haver diferentes níveis de surdez

Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição. Sob o aspecto da interferência na aquisição da linguagem e da fala, o déficit auditivo pode ser definido como perda média em decibéis, na zona conversacional (frequência de 500 – 1000 – 2000 hertz) para o melhor ouvido (Brasil, 2006, p. 19)

Sendo assim, o aluno com surdez pode obter experiências diversas por meio da libras e da língua portuguesa, e desenvolver sua própria linguagem, dependendo da estimulação que vem recebendo. Geralmente o professor deve promover a inclusão do aluno com deficiência auditiva pelo contato visual, portanto é importante disponibilizar figuras representando atos ou ações que aquela criança pode fazer, pois, ao ser matriculada na educação infantil, primeira etapa de ensino, a sua forma de comunicação ainda não está desenvolvida, pois, muitas vezes, é nas instituições de ensino que a criança irá ter o primeiro contato com a libras. Assim sendo, o professor poderá fazer planejamentos que envolvam o sentido visual como, filmes, vídeo, fotos, gravuras de livros e revistas, desenhos, mímica, dramatização de expressões faciais e corporais, brincadeiras com danças, jogos de imitação, entre outros.

Além da comunicação gestual espontânea, o uso de fotografias, de gravuras, de desenhos é de grande utilidade para explicar acontecimentos. Em particular, quando a rotina muda, quando vai acontecer algo de novo, é interessante avisar as crianças e a conversa pode ser auxiliada com a apresentação de figuras ou até fazendo um rápido desenho no quadro. Alguns professores, para brincar com as crianças dessa idade, usam fichas padronizadas divididas por assuntos (animais, alimentos, esquema corporal, meios de comunicação, qualidades por oposição gordo/magro, alto/baixo, posição no espaço em cima/ em baixo, em frente/atrás, etc.), que são ótimas para as crianças com surdez (Brasil, 2006, p. 36).

Além de utilizar tais recursos, é importante sempre utilizar a comunicação oral e a libras, para que seu aprendizado seja pleno, tendo em vista que o MEC (2006) reforça que “A linguagem de uma criança surda brasileira deve efetivar-se mediante o aprendizado da língua portuguesa e da aquisição da LIBRAS.

Para a inclusão escolar de crianças com deficiência física é necessário ser pensado em qualidade estrutural das instituições, para que tenha a promoção da acessibilidade, de acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é caracterizada como

I - pessoa portadora de deficiência², além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Brasil, 2004).

Sendo assim, a questão arquitetônica implicará diretamente no desenvolvimento da criança com deficiência física, pois irá interferir no seu deslocamento dentro da escola e sala de aula. Para além dessas dificuldades enfrentadas, estão também as estratégias e ações elaboradas no processo de ensino aprendizagem, pois a inclusão dessas crianças o tornará independente conferindo-lhe a autonomia para explorar, brincar e se desenvolver no seu próprio ritmo.

Caberá inicialmente ao professor e a gestão a formulação das adaptações necessárias para as especificidades de cada aluno com deficiência, propondo estratégias e práticas que contribuam para o seu conhecimento, as tecnologias assistivas são ferramentas essenciais para dinamizar as práticas pedagógicas. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, do estatuto da pessoa com deficiência, Art. 3º inciso III, trata a tecnologia assistiva como

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Deste modo, a utilização de tais assistências pode promover uma melhor qualidade de vida dentro e fora da escola, possibilitando a funcionalidade do indivíduo com deficiência, acarretando então na autonomia dos mesmos. Ao nos referirmos a essas tecnologias, enfatizamos que as mesmas não englobam apenas equipamentos tecnológicos como computadores com softwares específicos, pois as tecnologias assistivas podem abranger uma simples adaptação de um lápis de cor com uma estrutura mais grossa para facilitar a pega da pessoa com deficiência. Sassaki se refere a tecnologia assistiva como

² O termo “portador de deficiência” citado pelo Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, não é utilizado atualmente, sendo denominado como um termo pejorativo. A terminologia mais utilizada pela Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) se enquadra como pessoa com deficiência.

[...] a tecnologia destinada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado etc.) a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes, então, podem ser uma cadeira de rodas de todos os tipos, uma prótese, uma órtese, uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho e outras) (Sassaki, 1996, p. 01 *apud* Lyra, 2017, p. 5).

Portanto é de extrema importância adotar as tecnologias assistivas como ferramentas educacionais, para abordar práticas de ensino inclusivas e dinâmicas para os alunos com deficiência, caberá ao professor e a gestão escolar analisar as dificuldades presentes nos alunos com deficiências, para assim elaborar a melhor tecnologia assistiva que irá despertar suas habilidades.

Ao tratar da deficiência intelectual, o Ministério da Saúde a define na Portaria Conjunta nº 21, de 25 de novembro de 2020, como

[...] corresponde ao retardo mental na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). De acordo com a nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que deverá entrar em vigor em 2022, a DI é incluída entre os distúrbios (ou transtornos) do neurodesenvolvimento, especificamente os do desenvolvimento intelectual, que correspondem a um amplo contingente de condições etiologicamente distintas. Sua definição envolve diversos aspectos relacionados ao conceito de inteligência, devendo sempre ser analisada como componente da avaliação global do indivíduo. É identificada pela redução substancial das funções intelectuais, concomitante a déficits do comportamento adaptativo, com limitações em habilidades sociais e práticas cotidianas, iniciada durante o período de desenvolvimento (antes dos 18 anos) (Brasil, 2020, p. 2).

Para que as crianças com deficiência intelectual tenham a efetivação de conhecimento, se faz necessário a abordagem de suas experiências sociais, para que se exercite as suas funções cognitivas, partindo de suas próprias experiências, sua inserção no âmbito escolar poderá ser mais prazerosa e significativa, as práticas feitas pelos professores não necessariamente precisam ser novas, mas adaptadas para cada aluno com deficiência, fazendo com que ele tenha êxito nas experiências, sensoriais, sentimentais e cognitivas, entre outras.

Sendo assim, a elaboração de práticas inclusivas para crianças com deficiência intelectual precisam abordar conceitos que estimulem o desenvolvimento afetivo, pois são sentidos cognitivos ofuscados pela deficiência. É importante citar que a colaboração entre família, gestão escolar e professores, para que de fato a inclusão aconteça, pois um dará suporte para o outro.

Um dos primeiros estudos feitos sobre o autismo foi realizado pelo psiquiatra Leo Kanner que ressaltou em sua pesquisa inicial que as crianças autistas eram aquelas consideradas com “distúrbios autísticos do contacto afetivo”, um quadro caracterizado por autismo extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia. Esse conjunto de sinais foi por ele visualizado como uma doença específica relacionada a fenômenos da linha esquizofrênica”(Assumpção; Pimentel, 2000, p.1 *Apud* Kanner, 1942). A partir disso foram feitos, na década de 1940, pelos psiquiatras Hans Asperger e Leo Kanner, estudos mais aprofundados sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que atualmente é caracterizado como um distúrbio do desenvolvimento neurológico e afeta principalmente as habilidades sociais como a comunicação e comportamento. Além disso, o indivíduo com TEA pode apresentar padrões de comportamentos repetitivos.

Por isso as práticas pedagógicas voltadas para crianças com o transtorno de espectro autista devem conter uma estratégia para dar apoio às dificuldades de aprendizagem dos estudantes, pois as pessoas com TEA englobam uma diversidade de especificidades, sendo classificados com os níveis de suporte que cada um necessita: o nível 1 (autismo leve), nível 2 (autismo moderado) e nível 3 (autismo severo). Diante disso o planejamento feito pelo professor deverá atender as singularidades presentes nas crianças com TEA, pois as mesmas possuem uma forma própria de ver o mundo, se atentando a detalhes que podem passar despercebidos pelas pessoas que não possuem TEA. Dentre tantos recursos que podem auxiliar o professor podemos evidenciar os visuais, que facilitam a comunicação; e o uso da tecnologia assistiva, que pode ser utilizada para auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo e contribuir para a autonomia. Tais práticas, associadas a uma rotina organizada, irão contribuir significativamente para as crianças com TEA.

Sendo assim, a implementação de ações educativas na perspectiva inclusiva devem acontecer com articulação entre gestores e professores nas escolas de educação infantil. As práticas pedagógicas adotadas em sala de aula devem ser pensadas a partir das especificidades que os alunos com deficiência apresentam, para que possam contribuir na autonomia dos mesmos. Além disso, é importante que haja a oferta de suportes adequados e a formação continuada para que os professores possam adotar a melhor metodologia possível dentro da sala de aula para possibilitar a afetiva a inclusão dos alunos com deficiência.

Portanto, para que a inclusão dos alunos com deficiência seja efetiva dentro das escolas, é necessário buscar a quebra de paradigmas existentes, para que assim possamos garantir os direitos das crianças com deficiência a um pleno desenvolvimento educacional.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O referido estudo apresenta como aporte teórico a perspectiva de abordagem histórico-cultural sobre a educação especial e inclusiva, sendo utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil 2002, p. 44).

Nossa pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e artigos científicos pesquisados em fontes como google acadêmico, periódico capes, plataforma *scielo*, além de documentos governamentais encontrados no site do MEC e do Ministério da Saúde.

Neste trabalho, foram utilizados como instrumento para a coleta de dados, dois questionários: um que foi aplicado com a gestão da escola (diretora) e outro com professoras. A estrutura desses questionários contempla, na primeira parte, a identificação do perfil dos sujeitos da pesquisa e a segunda contempla questões em torno do tema estudado. O questionário destinado à gestora escolar contém 4 perguntas, e o outro, voltado às professoras dos turnos matutino e vespertino, contém 5 questões dissertativas. Estes questionários tiveram a função de reunir dados a partir das respostas dos participantes, visando identificar os pontos de vista dos mesmos, e o modo como atuam para alcançarem bons resultados de inclusão dos alunos com deficiência.

A abordagem é de cunho qualitativo, pois se refere a análise dos dados, levando em consideração as ações e relações humanas, buscando compreender comportamentos, percepções e opiniões, considerando as subjetividades e as particularidades, que não são quantificáveis.

Ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1994, p. 21).

A pesquisa de campo foi elaborada ao determinar o locus da pesquisa, o qual se refere a uma instituição pública de educação infantil, o motivo da escolha dessa etapa de ensino se

deu por acreditar que seja um período amplo de ensino, onde os indivíduos estão em um importante processo de desenvolvimento e aquisição de habilidades.

A instituição de ensino possui no total 17 professores, no turno matutino são 10 e no vespertino são 7, para dar início a pesquisa os participantes foram esclarecidos a respeito dos objetivos do trabalho e do sigilo com relação às informações pessoais de cada um da escola. Os questionários utilizados continham perguntas de múltipla escolha para adquirir o perfil dos professores e questões dissertativas.

Inicialmente, fui até a instituição e me apresentei através de uma carta de apresentação disponibilizada pela minha orientadora, a pesquisa de campo teve duração de dois dias, no primeiro dia fui até a instituição no turno matutino, apresentando me para a coordenação pedagógica e as professoras presentes no dia, logo após foram entregues os questionários, para as professoras, essas mesmas ações foram feitas no turno vespertino, no dia seguinte retornei a instituição para o recolhimento dos questionários devidamente respondidos.

A seguir buscou-se saber junto a gestão escolar, qual tem sido o papel do município em relação à oferta de assistência especializada na área de educação especial e inclusiva, para obtenção das respostas foi disponibilizado um questionário para a gestora escolar. Tais questionários tiveram como objetivo adquirir informações a respeito das concepções de educação inclusiva dos mesmos, para assim identificar práticas e/ou métodos utilizados que têm proporcionado sucesso na busca de uma educação para todos e de um processo de ensino-aprendizagem que valorize os alunos com desenvolvimento atípico.

Foram entregues 14 questionários aos docentes dos dois turnos, sendo 8 do turno matutino e 6 do turno vespertino, mas apenas 8 questionários foram recolhidos devidamente respondidos, os demais estavam em branco. Cada docente pôde levar o questionário para a própria residência onde disponibilizaram uma pequena parcela de seu tempo livre para responderem às perguntas, que foram entregues no dia seguinte devidamente respondidas.

O locus da pesquisa de campo foi o Centro Municipal de Educação Infantil- Professora Julia Amelia Cruz fica localizado na zona urbana na cidade de Angicos/RN. Atualmente tem como responsáveis duas gestoras.

O CMEI- Júlia Amélia foi criado no ano de 2016, e carrega este nome em homenagem a uma professora da cidade, e foi construído através do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA.

Sua estrutura física é constituída por 01 rol de entrada, 09 salas de aula, 01 sala de leitura, 01 sala de direção, 01 secretaria, 01 sala de professore, 02 dispensas, 01 área de

lanche, 01 depósito para merenda, 01 área livre, sala de leitura – 01 bebedouro duplo, 01 bebedouro individual, 03 almoxarifados, 01 lactário, 07 Solaris, 06 banheiros infantil, 04 banheiros adulto, 01 anfiteatro. Funciona nos turnos matutino e vespertino, oferecendo Creche e Pré-escola.

O CMEI fica localizado em uma comunidade carente, portanto o contexto histórico, social e econômico das famílias, interfere diretamente nas crianças da instituição, grande parte dos pais sobrevivem de programas sociais, como o bolsa família, é composto também de trabalhadores rurais, domésticas, trabalhadores de construção civil como (pedreiros, serventes e mestre de obra), funcionários públicos, vigilantes, moto taxistas, cortadores de lenha, entre outros.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição Centro de Educação Infantil Júlia Amélia Cruz (CMEI), elaborado no ano de 2020, traça metas com plano de trabalho para serem desenvolvido no biênio 2020 e 2021, e tem como base, princípios de políticas educacionais dispostas pelo ministério da educação do país, dentre eles estão a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil - DNCEI, Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte para Educação Infantil – DCRNEI, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Plano Nacional da Educação – PNE, Plano Municipal de Educação – PME, cita também pesquisadores e filósofos que contribuem na área da educação tais como Piaget, Vygotsky, Emília Ferreiro, Montessori e Wallon.

O mesmo ainda encontra-se desatualizado, segundo a diretora, e trata a temática “Inclusão na Educação Infantil” da seguinte maneira.

A educação especial articula-se com a educação infantil no seu objetivo de garantir oportunidades sócio-educacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências, conhecimento e participação social. (Angicos, 2020, p. 32)

Podemos perceber que o PPP, aborda acerca da temática “Inclusão na Educação Infantil”, articulando alguns pontos de acordo com os Direitos que são garantidos por Lei, dentre eles está a garantia do acesso à Educação para o desenvolvimento das suas habilidades e principalmente a socialização com outras crianças.

4 ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ANGICOS-RN

Neste capítulo contemplaremos a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, através dos questionários aplicados com a gestora e as professoras da educação infantil de Angicos-RN. A discussão analítica será orientada pelos aportes teóricos já apresentados neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Com o intuito de nortear o percurso textual dessa análise, discutimos primeiro os resultados obtidos a partir do questionário da gestora e, posteriormente, os resultados obtidos a partir dos questionários das professoras. Considerando a quantidade de professoras que responderam os questionários, optamos por nomeá-las com nomes fictícios, como Ana, Beatriz, Carol, Diana, Eliane, Fatima, Geralda e Hortencia, denominando apenas a gestora pelo seu cargo. Logo abaixo descreveremos algumas características das participantes, para que assim, possamos compreender melhor a análise.

TABELA 1 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

CARGO	SEXO	IDADE	GRADUAÇÃO	Pós-graduação em Educação Inclusiva ou Especial	TEMPO DE DOCÊNCIA
Gestora	Feminino	De 25 a 29 anos	Letras-Português	Não	De 6 a 9 Anos
Ana	Feminino	De 40 a 49 anos	Pedagogia	Não	De 1 a 2 Anos
Beatriz	Feminino	55 ano ou mais	Pedagogia	Não	Há mais de 20 ano
Carol	Feminino	De 50 a 54 anos	Pedagogia	Não	Há mais de 20 ano
Diana	Feminino	55 ano ou mais	Pedagogia	Não	Há mais de 20 ano
Eliane	Feminino	De 40 a 49 anos	Pedagogia	Não	Há mais de 20 ano
Fátima	Feminino	De 40 a 49 anos	Pedagogia	Não	Há mais de 20 ano
Geralda	Feminino	De 30 a 39 anos	Pedagogia	Sim	De 6 a 9 anos
Hortência	Feminino	De 50 a	Pedagogia	Não	Há mais de 20

		54 anos			ano
--	--	---------	--	--	-----

Conforme a tabela 1, percebe-se que todas participantes são mulheres, com idades entre 30 a 55 anos ou mais, sendo apenas a gestora da escola a mais nova, com idade entre 25 a 29 anos e graduada em Letras-Português. As demais professoras todas são graduadas em Pedagogia. A professora Ana trabalha de 1 a 2 anos e a professora Geralda é a única que possui especialização na área de educação especial e inclusiva e trabalha como docente de 6 a 9 anos; as demais professoras não possuem especialização na área estudada e trabalham como docentes há mais de vinte anos.

As questões dissertativas, que serão analisadas no decorrer deste capítulo, foram fundamentais para que a gestora e as docentes justificassem suas respostas e fornecessem dados importantes para cumprirmos com nosso objetivo de pesquisa.

Iniciaremos nossa análise com a discussão das questões disponibilizadas para a gestora escolar, as questões abaixo são colocadas como Q1, Q2, Q3 e Q4, para assim ficarmos cientes de qual questão estamos discutindo, a questão 1 se refere a quantidade de alunos com deficiência com laudo. A gestora respondeu que o CMEI estava com 12 alunos laudados.

Compreendemos que o papel da escola referente a inclusão vai além de matricular uma criança com deficiência em sala de aula, é necessário que a instituição ofereça uma educação de qualidade, independente de qual seja a sua deficiência (intelectual, física, linguísticas). Sendo assim, a escola deve estar preparada para atender estes alunos e integrá-los à sociedade, a instituição deve oferecer uma educação igualitária, para assim, contribuir para o crescimento social, emocional e cognitivo.

Assim sendo, é muito importante o laudo médico para pessoas com deficiência, pois o mesmo serve como documento primordial para garantir alguns direitos, o diagnóstico precoce de quaisquer deficiência acarreta em tratamentos e acompanhamento clínico, potencializando a socialização e integração do indivíduo, ao ser fornecido o laudo a instituição, irá direcionar a crianças para um atendimento especializado dentro e fora da escola, que irá focar em suas necessidades, como também será fornecido estratégias que agregam melhor no seu conhecimento.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, cap II art. 15. vem ressaltando o “I – diagnóstico e intervenção precoces; II – adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de

aptidões”. Portanto vemos a necessidade de um diagnóstico, acompanhado por laudo médico para que os direitos das pessoas com deficiência sejam efetivados.

Na questão 2, que se refere a como a instituição oferta os recursos e o suporte especializado para os alunos com deficiência, a gestora enfatizou que “As crianças laudadas fazem parte da equipe multiprofissional, psicólogo, professor, psicopedagogo e assistente social”.

A partir da resposta da gestora podemos observar que há um bom suporte especializado para acompanhamento dos alunos com deficiência, sendo esse um direito dos mesmos. A equipe multiprofissional tem a influência de contribuir em diversos aspectos referente às necessidade das crianças com deficiência, por conter profissionais de diversas áreas e, conforme já ressaltamos na parte 2 deste trabalho, esse acompanhamento especializado é muito importante para a garantia do aprendizado dessas crianças. Como já enfatizado no Brasil já existem legislações que asseguram este direito a pessoa com deficiência, dentre elas a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 que, em seu art. 1º, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, passa a vigorar acrescido do seguinte, “Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de equipes multiprofissionais integradas por profissionais das áreas de psicologia, pedagogia e serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação” (Brasil, 2019, p. 1).

A questão 3 se refere a como se desenvolve o atendimento educacional especializado e, segundo a gestora, esse atendimento é realizado “Por meio da equipe multiprofissional e de atividades desenvolvidas pelos professores”.

Sendo assim, é possível constatar que há um trabalho colaborativo entre professores da sala regular de ensino e professor do AEE, pois é sempre necessário que o diálogo acerca das necessidades das crianças com deficiência seja feito, tanto entre profissionais quanto entre profissionais e família, para que assim seja possível conhecer um pouco das especificidades e necessidades de cada criança com deficiência, de modo que o trabalho em conjunto irá proporcionar um melhor desenvolvimento. no capítulo 2 deste trabalho acadêmico ressaltamos a importância do plano educacional individualizado, que se constitui como um documento que contém informações importantes das crianças, fazendo com que os profissionais que irão atendê-las possam ter uma compreensão melhor de sua deficiência e do seu desenvolvimento e, conseqüentemente, desenvolver um trabalho efetivo. Neste plano educacional individualizado,

[...] o conteúdo [...], os serviços, as metas e os objetivos, devem ser comunicados a todos os que precisam conhecê-lo. Ou seja, todos que estejam implicados diretamente com as ações desenvolvidas – professores, pais, especialistas e os próprios alunos. Os professores das áreas específicas, bem como os polivalentes, devem ter acesso aos registros do aluno, a fim de providenciar as adequações necessárias ao ensino (Silva, 2022, p. 73).

A questão 4 se refere a quais seriam as melhorias a serem feitas na instituição para ampliar o atendimento às crianças com deficiência. A gestora afirmou que a instituição “possui uma equipe multiprofissional, pois, este ano e 2023 foi o ano com mais laudos”. Essa equipe multiprofissional é composta por alguns profissionais que agregam no conhecimento das crianças com deficiência. A gestora ainda ressalta que o biênio 2023 e 2024 foi o período um quantitativo maior de crianças com deficiência que possuem laudo médico.

Sendo assim podemos observar a eficácia do trabalho que a equipe multiprofissional está desenvolvendo pois, como já citado anteriormente, o diagnóstico precoce é necessário para um melhor acompanhamento da criança. Portanto, entendemos, a partir das respostas da gestora, que o trabalho colaborativo em prol da inclusão das crianças com deficiência vem sendo realizado na instituição escolar investigada, garantindo-lhes o direito a uma aprendizagem de qualidade que atenda às suas necessidades educativas especiais e às prioridades definidas pelas políticas de educação vigentes.

Como sujeito central nessa equipe multiprofissional, o professor, ao preparar o planejamento, ferramenta essencial para guiar o trabalho em sala de aula, deve ter o entendimento de sua importância, seja para alunos com deficiência ou não, pois irá refletir na elaboração das práticas docentes. Isso porque, o planejamento tem um caráter processual, pois serve como “[...] referência para o acompanhamento da execução das ações, a correção de rumos e a avaliação dos resultados em relação aos objetivos propostos” (Silva, 2022, p. 62 *apud* Campos, 2010, p. 19).

Discutiremos então a Questão 1 que se refere a “Como são planejadas as atividades para os alunos com deficiência?” e obtivemos as seguintes respostas:

Ana: Deve ser contínuo e colaborativo valorizando os interesses e as necessidades de cada estudante.

Carol: Conhecendo primeiro dos limites e as possibilidades do aluno..

Eliane: Tenho dificuldade nesse planejamento devido à demanda de crianças na sala Mas tento realizar atividades que possam atender a criança com deficiência.

Fátima: São planejadas para melhor atender o aluno com deficiência e para explorar o seu desenvolvimento em todas os aspectos.

Geralda: São planejados de acordo com a necessidade de cada aluno utilizando recursos que contribuem para o desenvolvimento do aluno.

Hortência: Um planejamento contínuo e colaborativo ao mesmo tempo deve valorizar os interesses do e atender as necessidades do aluno.

Com relação a resposta das professoras Ana e Hortência, ambas concordam que o planejamento para as crianças com deficiência seja contínuo e colaborativo, pois, a depender das especificidades dos estudantes com deficiência é primordial que o planejamento seja colaborativo, para que a elaboração das atividades leve em consideração as vivências e aptidões dos estudantes e, assim, as necessidades dos alunos com deficiência sejam atendidas. Como responderam também as professoras Carol, Fátima e Geralda. Silva (2022), ressalta a importância da colaboração para o desenvolvimentos dos alunos com deficiência.

Todos os alunos, com suas diferentes formas de ser e de aprender, devem trabalhar juntos em projetos de aprendizagem exercitando a colaboração, devem participar de todas as aulas e atividades extra curriculares, tendo sua condição física, sensorial, comportamental, cognitiva e de comunicação consideradas, atendidas. Essas interações promovem a comunicação, maior sensibilidade, solidariedade e compreensão entre os pares (Silva, 2022, p. 28).

Sendo assim, ao planejar o professor deverá incluir os alunos elaborando práticas condizentes com a necessidade de cada aluno com deficiência, para que haja um desenvolvimento pleno e eficaz.

Com relação à resposta da professora Beatriz, que afirmou “Como não fiz nenhum curso retiro sempre da internet”, é uma preocupação latente que, pelo fato da mesma não ter formação adequada para atuar com alunos com deficiência, retire os planejamentos prontos da internet. Compreendemos que as tecnologias e a internet são ferramentas que podem proporcionar diversos benefícios, mas já descrevemos anteriormente que as especificidades de cada aluno devem ser levados em consideração, mesmo que algum aluno possua a mesma deficiência, não quer dizer que sejam iguais.

Portanto, para que a inclusão seja efetivada, não podemos excluir os alunos com deficiência das atividades que são propostas para os demais, podemos adaptá-las, dentro das possibilidades e de participação das crianças com deficiência, para que elas possam ter as mesmas vivências que os demais.

Sendo assim Silva (2022) nos mostra que é preciso que haja alguma formação continuada, para que o professor disponha de conhecimentos específicos para atender as especificidades dos alunos com deficiência.

Essa formação permite enxergar que muito do que se faz pedagogicamente é igualmente válido para alunos em condição de deficiência, ou não. Além disso, permite também enxergar quais saberes específicos e de áreas afins são importantes para proporcionar instrumentos, recursos e materiais didáticos compatíveis com a condição física, visual, auditiva, intelectual, comportamental do aluno e, também, para o estabelecimento da empatia entre este e o professor(a) (Silva, 2022, p. 27-28).

Já a professora Diana, quando questionada sobre a elaboração do seu planejamento, enfatizou: “Utilizamos a hora do conto com história literária, desenhos e pinturas e jogos”, entre outras atividades para elaboração do plano. Portanto, ao analisar todas as respostas, há a hipótese que as professoras não separam um tempo específico para o planejamento de atividades a serem desenvolvidas com as crianças com necessidades educacionais especiais. Silva (2022), fala sobre o planejamento, enfatizando que.

Outra questão a considerar para um bom planejamento é a elaboração conjunta de objetivos claros e metas bem definidas de modo a possibilitar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, incluindo as ferramentas necessárias para alcançá-los, com vistas à ampliação da aprendizagem e estímulo da capacidade cognitiva (Silva, 2022, p. 62).

Sendo assim, afirmamos a importância do planejamento com a construção de rotinas, na organização dos espaços, para dar significado e um objetivo às atividades realizadas, criando e potencializando as experiências, para que assim a aprendizagem do aluno com deficiência seja significativa.

Quando nos referimos ao uso de recurso para alunos com deficiência, envolvem-se inúmeras adaptações, sejam elas de objetos, materiais ou até mesmo ações, desse modo tais recursos que são utilizados pelos professores em sala de aula são sem dúvida ferramentas importantíssimas para incorporar as práticas desenvolvidas, auxiliando assim a aprendizagem dos alunos com deficiência. O MEC (2006) enfatiza que

Pode-se definir apoio como recursos e estratégias que promovem o interesse e as capacidades da pessoa, bem como oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em que vive. O apoio tende a favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário (Brasil, 2006, p. 78).

A seguir discutiremos a Questão 2 o qual se refere a “Quais são os principais recursos que você utiliza na sala de aula, com os alunos com deficiência? e obtivemos as seguintes respostas:

Ana: Participativo junto com os outros alunos.

Diana: Através de brincadeiras lúdicas, desenhos, pinturas, músicas e danças para que a criança tenha atenção e participação.

Fátima: São recursos interativos que despertam a atenção do aluno.

Ao analisar as respostas das professoras percebemos que tais recursos utilizados são variados. As professoras Ana, Diana e Fátima, fazem o uso de recursos participativos, e lúdicos que proporcionam a inclusão durante o processo de construção de recursos materiais. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p. 69) nos mostra alguns recursos [...]“entendidos como mobiliário, espelhos, brinquedos, livros, lápis, papéis, tintas, pincéis, tesouras, cola, massa de modelar, argila, jogos os mais diversos, blocos para construções, material de sucata, roupas e panos para brincar etc”.

Beatriz: Emborrachados, recurso com velcro, livros adaptados, jogos de da velha, leitura e fantoche.

Carol: Objetos concretos capazes de envolver o tato a visão o olfato e audição buscando atender as necessidades de cada um.

Eliane: Jogos principalmente.

Geralda: Jogos, contação de história, placas e diversos recursos que confeccionamos com os próprios alunos.

Hortência: Todas e quaisquer ferramentas que integram o momento e Proporcionando aprendizagem exemplos livros encaixes revistas e ilustrações histórias pinturas desenhos, quebra-cabeça filmes e quadro.

As demais professoras, utilizam de recursos adaptados, para assim atender os alunos com deficiência entre eles estão: Recursos com velcro, livros adaptados, jogos e brincadeiras, entre outros, desse modo frisamos a importância desses recursos, as adaptações promovidas pelas instituições e feitas em sala de aula é imprescindível para que o aluno possa desenvolver suas habilidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ressalta que “Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos”(Brasil, 2007, p. 12). Sendo assim é importante que o professor em sala de aula

agregue suas atividades utilizando recursos lúdicos e com acessibilidade para a realização da inclusão.

Ao refletirmos sobre o uso de recursos tecnológicos, devemos lembrar que a geração atual está em constante imersão nas mesmas, seja dentro ou fora das salas de aula, portanto, caberá ao professor atribuir as adaptações necessárias para que o bom uso de tais tecnologias sejam proveitosas.

A seguir discutiremos a Questão 3 o qual se refere a “Quais adaptações você faz para incluir os alunos com deficiência, faz o uso de alguma tecnologias assistivas? se sim, quais? obtivemos as seguintes respostas:

Ana: Não respondeu.

Beatriz: Google play web.

Carol: A sala de aula assim como os espaços devem estar adaptados para atender os alunos com deficiência tipo móvel e outros.

Diana: Fazendo uso da TV vídeo utilizando materiais recicláveis.

Geralda: As adaptações começam a partir da rotina do dia onde desde já as crianças ficam sabendo o que irá acontecer durante o dia sim imagens jogos músicas entre outros.

Hortência: Criar um ambiente de respeito e cooperação entre as crianças, estabelecer rotinas e estrutura, promover a comunicação e afeto conhecer a criança e suas necessidades, o material que utilizamos de tecnologias assistivas são jogos e brincadeiras lúdicas educativas desenvolvidas para criança.

Já ressaltamos anteriormente que adaptações são necessárias para a inclusão dos alunos com deficiência, pois a maioria dos materiais, objetos e brinquedos, disponibilizados nas escolas não são destinados diretamente para as crianças com deficiências, sendo assim se faz necessário tais adaptações desses recursos para que haja a inclusão deles.

A professora A não respondeu a referida questão, as demais professoras Beatriz, Carol, Diana, Geralda e Hortência, responderam que as adaptações para inclusão são elaboradas desde o início da aula, na construção da rotina e ao incluir o aluno na construção de algum material. É de fato importante que o aluno com deficiência seja imerso nas construções de materiais, pois assim potencializará suas habilidades de aprendizagem e comunicação.

Sendo assim, foi citado na parte 2.2 deste trabalho, a diversidade de tecnologias assistivas com adaptações que estão presentes em nosso dia a dia como objetos simples, elas não abarca apenas recursos tecnológicos, engloba também produtos, metodologias, serviços ou estratégias em práticas de ensino utilizados pelos professores, para que seja efetivada a

participação de pessoas com deficiência nas atividades. Lyra (2018) citando Manzini (2005), destaca que

Os recursos de Tecnologia Assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de Tecnologia Assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez 6 moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (Lyra, 2018, p. 5 *Apud* Manzini, 2005, p. 82).

Portanto a utilização das tecnologias assistivas, são de fato recursos que agregam as práticas em sala de aula, pois abrangem uma gama de equipamentos tecnológicos ou não e também objetos adaptados. Trazemos alguns exemplos citados na página 34 deste trabalho, trazendo como referência o estatuto da pessoa com deficiência, que define as tecnologias assistivas como, equipamentos, estratégias, dispositivos entre outros.

As professoras Eliane e Fátima destacam que não fazem o uso de tecnologias assistivas, relatando que não é disponibilizado recursos tecnológicos, mas, como já afirmamos acima tais tecnologias assistivas não se trata apenas de tecnologias, sendo assim observamos a necessidade de formação continuada para que estes professores possam estar inovando suas práticas em sala de aula, construindo as adaptações necessárias para incluir as crianças com deficiência.

Eliane: Não faço uso das tecnologias assistidas por isso acho importante o professor de Educação Especial o aluno é da turma e o professor da Educação Especial é mais um para somar na aprendizagem dessa criança.

Fátima: Não de forma tecnológica pois não contamos com esse tipo de recurso, mas fazemos uso de materiais recicláveis e de todos os materiais que seja possível.

A professora Eliane ainda ressalta que é necessário um professor de educação especial para ajudar em sala de aula, de fato é um direito do aluno com deficiência ter o atendimento educacional especializado, como também um profissional de apoio, como está descrito no Art. 28. inciso XVII da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência “oferta de profissionais de apoio escolar”(Brasil, 2015, p. 13) que é essencial para inclusão e atendimento às especificidades dos estudantes, para cada aluno com deficiência requer um recurso e cuidado específico, por exemplo, um aluno surdo, necessita de um intérprete de libras, um aluno com alguma deficiência física necessitará de

acessibilidade arquitetônica. Mas o professor da sala regular não pode apenas contar com as práticas desenvolvidas pelo professor da educação especial, portanto é necessário que deixemos de lado o comodismo e busquemos uma melhor qualificação. Mantoan destaca que

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos (Mantoan, 2003, p. 14 *apud* Mittler, 2000).

Sendo assim, é fundamental que as instituições e professores busquem melhorias para atender o público da educação especial e inclusiva, trazendo melhorias estruturais e principalmente a formação adequada aos professores para que eles possam sempre inovar suas práticas a fim de incluir os alunos.

Portanto, vemos que é necessário que o professor tenha parcerias, para que o seu trabalho em atender as crianças com deficiência seja agradável e possa ter significado. A família tem um papel fundamental de inclusão escolar, sendo o primeiro grupo social em que a criança vive, é por meio da família que a criança tem as primeiras habilidades desenvolvidas, é dever da família também integrá-la na sociedade.

A seguir discutiremos a Questão 4 o qual se refere a “Como é a relação do professor(a) com os familiares dos alunos com deficiência em sua escola? obtivemos as seguintes respostas:

Ana: Muito boa envolvendo a participação da família para garantir o desenvolvimento da criança.

Beatriz: Eu me relaciono muito bem.

Carol: A relação com as famílias devem ser de parceria para que a aprendizagem aconteça de maneira proveitosa.

Diana: Ótimo.

Fátima: De maneira satisfatória pois é necessário que se tenha a parceria entre família e escola para melhor atender as necessidades da criança.

Geralda: Família e professor tem uma boa relação.

As professoras Ana, Beatriz, Carol, Diana, Fátima e Geralda, relataram ter uma boa relação com as famílias de alunos com deficiência, ainda enfatizando que a relação entre escola e família deve ser de parceria, pois é necessário que a família seja participativa na vida escolar da criança, pois a presença da família é muito importante para o desenvolvimento das mesmas, seja ela com deficiência ou não. Castro e Regattieri (2009), falam sobre os papéis que a escola e a família têm com relação à educação dos indivíduos.

Para assegurar a oferta de educação escolar, o Estado institui um sistema de ensino operado por profissionais especializados, encarregados de transmitir saberes socialmente validados. A família, por sua vez, desempenha seu papel educacional a partir de um contexto sociocultural específico. O reconhecimento dessa diferença é fundamental para a interação: o desafio é fazer com que essa assimetria produza complementaridade, e não exclusão ou superposição de papéis (Castro; Regattieri, 2009, p. 16).

Sendo assim, reafirmamos que é de extrema importância a participação da família no contexto escolar de seus filhos, a escola tem o papel de ensinar e garantir a aprendizagem de algumas habilidades e conteúdos que são necessários para a vida em sociedade, e a família tem uma influência significativa no comportamento das crianças, portanto a cooperação entre ambas as partes acarretará em um progresso positivo da criança.

A professora Eliane relatou a dificuldade da não aceitação da família sobre a criança ter alguma deficiência.

Eliane: Às vezes bem difícil principalmente pela não aceitação da família, algumas famílias são bastante amigáveis conversam com professor relata rotina da criança em casa.

É histórico o processo de rejeição sofrido por pessoas com algum tipo de deficiência, pois são julgadas como algum castigo divino, mas compreendemos que as deficiências são acarretadas por diversos motivos, sejam eles genéticos, hereditários, ou adquiridas ao longo da vida. Desse modo caberá ao professor e a instituição direcionar a família para um possível diagnóstico, para que o aluno com deficiência não seja prejudicado.

Castro e Regattieri (2009), destacam a realidade que algumas crianças vivenciam, fora do contexto escolar.

Os educadores começaram a perceber a magnitude do problema: com a população infanto-juvenil toda dentro do sistema de ensino, muitas crianças não sabiam transitar pelas regras institucionais, não dispunham de recursos materiais necessários ou nem podiam contar, fora da escola, com apoio de um adulto que tivesse tempo, afeto e conhecimento para lhes oferecer (Castro; Regattieri, 2009, p. 18).

Todas as crianças sejam elas com deficiência ou não necessitam de cuidados especiais, e tais cuidados devem partir inicialmente das famílias, e esse cuidado muitas vezes é negligenciado em virtude da resistência em reconhecer que a criança tem deficiência.

Hortência: Muito difícil os pais têm muita resistência de aceitar até porque muitos dos pais não têm conhecimento de deficiência da criança só descobre quando chega na escola.

A professora Hortência, relata certa dificuldade com as famílias de crianças com deficiência, por muita das vezes a educação infantil por se tratar da primeira etapa de ensino, é comum que os familiares não notem algumas deficiências, principalmente aquelas que não são fisicamente visíveis como as deficiências intelectuais. É apenas na escola que a criança terá o primeiro contato e a inserção no convívio com a sociedade, fora do seio familiar, por isso algumas deficiências só são reconhecidas quando a criança é inserida no contexto escolar e não desenvolve ou atrasa algumas habilidades esperadas para a sua faixa etária. Sendo assim é importante a troca de informações entre escola e família para que nesses casos, o diagnóstico possa ser efetivado e assim a criança possa ter um atendimento referente às suas especificidades.

Dessa maneira, compreendemos que deve ser constante e consciente a participação dos pais na educação dos seus filhos, quanto mais a família está presente, mais positivos e significativos serão os resultados na formação das crianças com deficiência, pois a família e a escola têm papéis específicos, e que se são similares em alguns pontos. No entanto, é importante ressaltar que não podemos trocar tais papéis, o professor deve ter consciência de seu trabalho para com as crianças com deficiência e a família deve compreender que é parte importante nesse trabalho de parceria.

Buscando compreender melhor como as docentes compreendem sua atuação na educação inclusiva, indagamos, na Questão 5 “Qual o papel do professor na educação inclusiva?”. Obtivemos as seguintes respostas:

Ana: Auxiliar as crianças com necessidades para que eu mesmo avance tanto intelectualmente como socialmente.

Beatriz: Procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar e compreender e interagir nas diferentes situações.

Carol: Do professor na educação inclusiva é fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e isso inclui adaptar o currículo utilizar diferentes estratégias de ensino promover um ambiente acolhedor e respeitoso identificar e atender as necessidades individuais dos alunos colaborar com outros profissionais e envolver os alunos e suas famílias no processo educacional o professor também desempenha um papel importante na promoção de aceitação diversidade e respeito muito dentro da sala de aula e na comunidade escolar.

Diana: O papel do professor é ter responsabilidade de educação, respeito com os alunos e aproveitar cada experiência vivida no cotidiano.

Geralda: Estimular e incluir os alunos com deficiência no ensino das demais, sempre desse modo fazendo com que o aluno se sinta importante.

Hortência: Uma abordagem de ensino que garante a acessibilidade e condições de aprendizado igual para todos ajudando a eliminar as barreiras

excludentes e garantir que essas crianças tenham a mesma oportunidade de se desenvolver intelectualmente.

As professoras destacaram algumas ações que consideram importantes serem feitas pelo professor para a educação inclusiva. A professora Ana, fala em auxiliar as crianças em suas necessidades, pois, principalmente na educação infantil, o cuidar está muito presente. A professora Carol, falou sobre um ponto primordial nas instituições, que é a adaptação ao currículo, coadunando com a compreensão de Aranha (2003), quando ressalta que:

As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adequação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer (Aranha, 2003, p. 35).

A partir das respostas obtidas, observamos que todas as professoras concordam que o papel do professor é de fundamental importância para agregar no ensino das crianças com deficiência, pois o mesmo pode possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao seu desenvolvimento das competências e habilidades.

Eliane: De grande importância para o desenvolvimento plural da criança não é apenas acolher mas buscar formas para que a criança tenha uma educação inclusiva de fato e de direito.

Fátima: Fundamental, pois as crianças têm direito à educação inclusiva e o professor precisa estar atento para atender e buscar capacitação visando o ensino de respeito às diferenças.

Destaco aqui as professoras Eliane e Fátima, que ressaltam que o professor busque a capacitação adequada para efetivar a educação inclusiva, pois é através da formação que os professores estarão preparados para atender da forma mais adequada às necessidades dos alunos. Mantoan (2003), afirma a importância da formação

Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão. Assim sendo, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino (Mantoan, 2003, p. 44).

Com isso é interessante que o professor tenha como principal objetivo o bem estar do aluno, devendo adotar estratégias para todos e com todos, moldando suas estratégia e

planejamentos para as especificidades dos alunos com deficiência presentes em sua sala de aula.

Sendo assim, através das indagações feitas e as respostas obtidas pelas professoras, podemos afirmar que a educação especial e inclusiva carrega consigo uma proposta de remodelação de práticas antigas. Cabe à escola elaborar estratégias e um currículo adequado para a efetivação da inclusão das crianças com deficiência, para potencializar a sua aprendizagem. Cabe também ao professor buscar formação continuada para estes sempre aprimorando suas técnicas de ensino, pois estamos sempre em constante evolução e devemos estar em busca de novos conhecimentos sempre, a família também é de fundamental importância pois é a partir dela que a criança terá a principal referência de incluir e ser incluso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, diante do exposto neste trabalho de pesquisa, pode-se interpretar o quanto é relevante a discussão sobre as práticas de inclusão educacional. Apesar da temática conter algumas barreiras de exclusão social, pois por muito tempo a inclusão de pessoas com deficiência não era possível, principalmente no âmbito escolar, este é um assunto o qual toma uma grande proporção, pois se faz necessário o debate e construção de novas ideias de inclusão e suas práticas pedagógicas, especialmente por ser a educação especial e inclusiva uma prática relativamente nova na educação, apesar das leis e diretrizes serem sancionadas, sabemos que a implementação delas são aplicadas lentamente nas escolas.

A pesquisa que objetivou compreender o processo inclusivo no município de Angicos/RN, se desdobrando a partir das análises das políticas de inclusão e das práticas docentes, reforçou a necessidade de uma qualificação com formações continuadas para os professores das sala regulares de ensino, para que eles possam realmente ter uma prática docente inclusiva.

Com base no que foi discutido, com relação às instituições participantes, fica evidente o quanto o apoio do corpo docente e da equipe da direção e coordenação é necessário e importante para esse processo, referente às respostas das das professoras da educação infantil. A utilização das práticas inclusivas, embora já aconteçam, ainda requer muitas melhorias e as docentes têm a ciência que a efetivação da inclusão escolar deve ser feita.

Podemos compreender a dificuldade que as docentes têm em produzir práticas inclusivas, pois vemos que a maioria delas lecionam há mais de 20 anos, portanto, a conclusão de suas graduações ocorreram em um tempo em que a educação inclusiva era totalmente diferente da atualidade e, o fato de elas não terem feito a formação continuada na área, dificulta ainda mais o processo.

Ainda retomando as citações das professoras participantes da pesquisa, percebemos que até o momento há uma preocupação em torno de alguma participarem de formação continuada, para que elas possam atender as crianças com deficiência, revelando que as mesmas se sentem despreparadas e desamparadas quando se trata de práticas na educação inclusiva, especialmente quando vão planejar aulas que agreguem as especificidade dos alunos com deficiência. Portanto, é necessário refletimos sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola de educação infantil, sobre a carência de formações continuadas o os motivos pelos quais o município e a escola não investem mais na

qualificação de seus profissionais, tendo em vista que é crescente o número de crianças diagnosticadas com algum tipo de deficiência. É inquietante que, com o atual cenário no qual a educação inclusiva se encontra, não se dê a notoriedade que a inclusão escolar precisa.

Um dos fatores que dificultam a inclusão escolar é a sobrecarga de equipes multiprofissionais para o atendimento das crianças com deficiência. Como discutimos nesse trabalho, a inclusão deve englobar um trabalho colaborativo, partindo sempre da família, professor da sala regular e equipe multiprofissional, para que as crianças com deficiência possam ter o seu desenvolvimento pleno.

Atualmente, as crianças estão sendo colocadas em um cenário de constantes tecnologias da informação e comunicação, portanto, os professores devem buscar qualificação para envolver tais recursos que estão à nossa disposição, para que sejam incorporadas em suas práticas pedagógicas. Ao nos referirmos a tecnologias é perceptível que as professoras não as utilizem com frequência, por não ter muita facilidade e constância para usá-las, especialmente pelo fato da grande maioria das professoras que participaram da pesquisa não serem nativas digitais - já que estão com idade entre 40 e 55 anos, e atribuem isso a falta dela habilidade referente às tecnologias. Quando nos referimos às tecnologias assistivas as respostas das professoras revelaram que a maioria associava apenas a tecnologia com softwares por exemplo, mas podemos observar que ela engloba até pequenas adaptações de materiais que estão presentes nas salas de aula, conforme conceituamos e exemplificamos neste trabalho.

Para além disso, vemos a importância do compromisso que o professor deve ter para com o aluno com deficiência, começando desde o planejamento das atividades até a sua efetivação, mesmo que o seu trabalho seja dificultado pela falta de recurso e apoio pedagógico, mas ele deve ser concretizado para que gere resultados positivos.

Sendo assim, acredito que para a minha formação acadêmica como futura educadora, tal pesquisa contribuiu imensamente para o meu entendimento com relação à educação especial e inclusiva ; às práticas e metodologias que adotarei frente às adversidades presente em salas de aula; às legislações vigentes que defendem o cumprimento da inclusão, mesmo que não sejam colocadas com regularidade; e à educação inclusiva certifica que a sua realização gera impactos positivos e podem modificar a vidas das pessoas com deficiências.

REFERÊNCIAS

ASSUMPTÃO, Francisco B.; PIMENTEL, Ana Cristina M.. Autismo infantil. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 37–39, dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/Gv4HpMGyypXkmRMVGfRZF8G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 mar. 2024.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Coord. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641719/artigo-3-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação

dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 3.128, De 24 De Dezembro De 2008.** Define Que As Redes Estaduais De Atenção À Pessoa Com Deficiência Visual Sejam Compostas Por Ações Na Atenção Básica E Serviços De Reabilitação Visual. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20%2D%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20espec%C3%ADficas. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Planalto, 6 Jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 04 jan 2024.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, De 24 De Abril De 2002.** Dispõe sobre A Língua Brasileira De Sinais - Libras E Dá Outras Providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=715147. Acesso em: 09 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o atendimento a estudantes da modalidade da educação especial das redes públicas de educação básica por equipes multiprofissionais. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2239413. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. V 1 — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 09 Fev. 2024.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização : deficiência visual.** 4. ed. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em 09 fev. 2024.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas.** 2. ed. coordenação geral SEESP/MEC. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em 09 fev. 2024.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização : surdez**. 4. ed. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, De 2 De Dezembro De 2004**. Estabelece Normas Gerais E Critérios Básicos Para A Promoção Da Acessibilidade Das Pessoas Portadoras De Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, E Dá Outras Providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-publicacaooriginal-21548-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria Conjunta Nº 21, de 25 de Novembro de 2020. Aprova O Protocolo Para O Diagnóstico Etiológico Da Deficiência Intelectual. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/20201203_portaria-conjunta_protocolo_d_eficiencia_intelectual.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação família-escola: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2010-pdf/4807-escola-familia-final>. Acesso em 03 jan 2024.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 2016, v. 97, n. 247. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/#>. Acesso em: 11 fev 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa-antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2023.

LYRA, Glaciene Januário Hottis. **Deficiência Motora e as Práticas Pedagógicas: Contribuições e Sugestões aos Educadores**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, 2018. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/artigo/deficiencia-motora-e-praticas-pedagogicas-contribuicoes-e-sugestoes-aos-educadores-1>. Acesso em: 11 fev. 2024.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo, Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

MINAYO, Maria Cecília Souza. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira?. **Momento - Diálogos Em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57–70, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>. Acesso em: 12 out. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico: Uma Construção Coletiva**. Angicos/RN. 2020.

RÖBERS, Hermann. Maria Montessori. Tradução Danilo di Manno de Almeida e Maria Leila Alves. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2020. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me4679.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293–308, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal (RN). 2022. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2275/Pr%C3%A1ticas%20pedag%C3%B3gicas%20na%20perspectiva%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jan 2024.

SILVA. Auricleia Nascimento. **Educação Inclusiva Na Educação Infantil Em Um Crei De João Pessoa/Pb**. Orientadora: Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim. 2015. 71 f. TCC-Graduação, Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1375/1/ANS06102016.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas

Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

ZABALA. Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. 52-87 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4915066/mod_resource/content/1/ZABALA%2C%20Antonio.%20As%20sequ%C3%AAs%20did%C3%A1ticas%20e%20as%20sequ%C3%AAs%20de%20conte%C3%BAdo.pdf. Acesso em: 08 fev. 2024.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PROFESSORES(AS)

Parte 1: Perfil do Entrevistado

1) Sexo :

☐ Masculino ☐ Feminino

2) Idade:

☐ Até 24 anos.

☐ De 25 a 29 anos.

☐ De 30 a 39 anos.

☐ De 40 a 49 anos

☐ De 50 a 54 anos.

☐ 55 anos ou mais.

3) Identifique o curso de graduação que você concluiu

Nome do Curso: _____

Ano de conclusão: _____

4) Entre as modalidades de cursos de pós- graduação listadas abaixo, assinale a opção que corresponde ao curso de mais alta titulação que você completou.

☐ Não fiz ou ainda não completei nenhum curso de pós-graduação.

☐ Especialização

☐ Mestrado.

☐ Doutorado.

5) Você fez pós graduação em educação especial?

☐ sim

☐ não

6) Há quantos anos você está lecionando?

☐ Há menos de 1 ano.

☐ De 1 a 2 anos.

☐ De 3 a 5 anos.

☐ De 6 a 9 anos.

☐ De 10 a 15 anos.

☐ De 15 a 20 anos.

☐ Há mais de 20 anos.

PROFESSORES(AS)

-COMO SÃO PLANEJADAS AS ATIVIDADES PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?

-QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS RECURSOS QUE VOCÊ UTILIZA NA SALA DE AULA, COM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?

-QUAIS ADAPTAÇÕES VOCÊ FAZ PARA INCLUIR OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, FAZ O USO DE ALGUMA TECNOLOGIAS ASSISTIVAS? SE SIM, QUAIS?

-COMO É A RELAÇÃO DO PROFESSOR(A) COM OS FAMILIARES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SUA ESCOLA?

-QUAL O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GESTOR(A)

Parte 1: Perfil do Entrevistado

1) Sexo :

☐ Masculino ☐ Feminino

2) Idade:

☐ Até 24 anos.

☐ De 25 a 29 anos.

☐ De 30 a 39 anos.

☐ De 40 a 49 anos

☐ De 50 a 54 anos.

☐ 55 anos ou mais.

3) Identifique o curso de graduação que você concluiu

Nome do Curso: _____

Ano de conclusão: _____

4) Entre as modalidades de cursos de pós- graduação listadas abaixo, assinale a opção que corresponde ao curso de mais alta titulação que você completou.

☐ Não fiz ou ainda não completei nenhum curso de pós-graduação.

☐ Especialização

☐ Mestrado.

☐ Doutorado.

5) Você fez pós graduação em educação especial?

☐ sim

☐ não

6) Há quantos anos você está lecionando?

☐ Há menos de 1 ano.

☐ De 1 a 2 anos.

☐ De 3 a 5 anos.

☐ De 6 a 9 anos.

☐ De 10 a 15 anos.

- () De 15 a 20 anos.
() Há mais de 20 anos.

QUESTIONÁRIO GESTOR

**-QUAL A QUANTIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS?
POSSUEM LAUDO?**

**-COMO A INSTITUIÇÃO OFERTA OS RECURSOS E O SUPORTE ESPECIALIZADO
PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?**

**-COMO SE DESENVOLVE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA
ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA?**

**-QUAIS SERIAM AS POSSÍVEIS MELHORIAS A SEREM FEITAS NA REDE QUE
VOCÊ ATUA PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO ÀQUELES QUE SÃO PÚBLICO
ALVO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO?**
